

Votação da anistia é adiada

Jornal de Brasília

à espera de um acordo

A votação da emenda que prevê o perdão da correção monetária para as dívidas contraídas durante o Plano Cruzado pelos pequenos e microempresários e os produtores rurais de pequeno e médio porte foi adiada ontem por decisão das lideranças partidárias da Constituinte. O adiamento obteve a aprovação dos três autores da proposta — deputados Humberto Souto (PFL—MG) e Ziza Valadares (sem partido) e o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) — para dar mais tempo às negociações. Não há previsão de quando a emenda será votada, mas muitos parlamentares acreditam que não passa de amanhã.

A decisão foi tomada pelos líderes ontem de manhã e, até o final da noite, após a sessão da Constituinte, que continuou a votar normalmente, os negociadores mantiveram-se reunidos com os autores das emendas para tentar chegar a uma solução. Hoje de manhã, nova reunião, desta vez envolvendo os líderes, os negociadores e os autores. Estes vão dar sua resposta à série de sugestões apresentadas ontem à noite às suas propostas. Humberto Souto acredita que é possível chegar a um consenso.

Pelo acordo acertado de manhã, o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do Governo na Câmara, se comprometeu a não levantar uma questão de ordem durante a sessão para tentar jogar a apreciação da emenda no final do título das Disposições Transitórias,

já que se trata de um dispositivo aditivo ao texto.

Ficou acertado também que se os líderes não chegarem a um acordo até o início da sessão de hoje, os autores da emenda poderão requerer a colocação da matéria na ordem de votação sem serem obstruídos pelos líderes. O deputado Humberto Souto considera que os líderes terão tempo suficiente até às 14h30 de hoje para chegarem a um acordo e por isso insiste em votar a sua proposta hoje. A maioria dos parlamentares, contudo, quer esgotar todas as possibilidades de acordo até amanhã.

Divergências

O acordo vai girar em torno de duas propostas: partidos de esquerda como o PT e PCB, por exemplo, querem dar o perdão da dívida apenas aos microempresários urbanos e aos pequenos produtores rurais que comprovarem que tenham aplicado os empréstimos nas suas atividades. Já outros partidos, como PMDB e PDT e os constituintes «economistas» concordam apenas com a primeira parte dessa proposta, mas propõem o reescalonamento do pagamento dos juros e não o perdão total.

O deputado Virgílio Guimarães (PT—MG), que vai levar a proposta do seu partido para a mesa de negociação, acha que não é justo que se perdoe a dívida de todos os que contraíram a dívida, pois muitos, principalmente os pequenos empresários, aplicaram esses recursos em outras atividades.

UDR faz um corredor polonês

Enquanto os constituintes não chegam a um acordo sobre que emenda votar para anistiar os microempresários e os pequenos e médios produtores rurais, um forte lobby voltou a circular na Constituinte coordenado, principalmente, pela UDR, que voltou a colocar a sua "tropa" no Congresso comandada por Ronaldo Caiado.

Durante toda a tarde de ontem produtores rurais e microempresários se concentraram na entrada do anexo II da Câmara dos Deputados para pressionarem os constituintes a votarem na emenda Humberto Souto, Ziza Valadares e Mansueto de Lavor. Parlamentares

que saíam de seus gabinetes e se dirigiam ao plenário foram obrigados a se deparar com um verdadeiro "corredor polonês", com os lobbystas aplaudindo, gritando e colocando adesivos em suas costas.

O ex-presidente da UDR, Ronaldo Caiado, preferiu um lobby mais personalizado. Circulou com desenvoltura nos gabinetes e no salão verde tentando convencer os constituintes a votarem na proposta. O senador Mansueto de Lavor, por sua vez, improvisou um discurso para os lobbystas exortando-os a fazerem um trabalho de corpo-a-corpo junto aos parlamentares para a sua emenda ser aprovada.

Abreu lembra lado moral

"Tenho dúvidas se a Constituição pode modificar contratos que signifiquem pactos morais", disse ontem o ministro João Batista Abreu, da Secretaria de Planejamento, ao comentar a tentativa de alguns parlamentares de anistiar, na nova Constituição, milhares de pequenos e médios empresários de suas dívidas bancárias.

E preciso entender que a questão da anistia de débitos é um assunto que envolve aspectos éticos e morais, e que "reflete a idéia de que não se precisa cumprir contratos",

declarou o ministro para acentuar sua posição contrária ao perdão da dívida desse grupo de empresários.

Abreu negou que estivesse preocupado com a declaração de inconstitucionalidade do congelamento da URP (Unidade de Referência de Preços) no salário dos funcionários da Petrobrás. "Trata-se de uma empresa estatal, com recursos próprios para fazer o pagamento, e não atinge os servidores da administração direta, o que envolveria os cofres do Tesouro", disse.

Alvarenga critica o "golpe"

Rio — Se alguns produtores quitaram suas dívidas, existe capacidade de pagamento. Por isso, conceder anistia ampla, geral e irrestrita a todos os devedores é dar um golpe na moralidade do País. A afirmação é de Octávio Melo Alvarenga, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, a mais antiga, com 90 anos, entidade, ruralista do Brasil. Hoje pretende-se anistiar para o produtor rural, enfatizou Melo Alvarenga, amanhã para os que não podem pagar dívidas contraídas com artigos de luxo.

Segundo Melo Alvarenga a anistia só pode efetivar-se como benefício decorrente de um inventário prévio, isto é, pela análise, caso por caso, dos produtores que efetivamente não podem pagar. Para ele, o importante é o bem-estar do povo brasileiro pois é aí que entra a responsabilidade do

Estado e toda população com a anistia com a qual se beneficiam os bons e maus pagadores: "Isso de forma alguma ajuda a responsabilidade que o Estado tem para com o povo".

O presidente da Sociedade Nacional de Agricultura chama a atenção dos companheiros do setor que anistiar toda correção monetária no momento em que o País chegou à exaustão econômica e financeira é ato tão temerário quanto do Plano Cruzado.

A Sociedade Nacional de Agricultura, segundo seu presidente, só admite anistia como forma de ajudar os produtores rurais afetados pelo Plano Cruzado, porém estabelecendo com eles programas de cultivo e prazos que lhes permitam continuar produzindo alimentos, porque, o essencial, é impedir que o produtor desista de produzir.